O PAPEL DO ENFERMEIRO COMO EDUCADOR EM SAÚDE NA PREVENÇÃO DA OBESIDADE INFANTIL

Daniela Oliveira Conceição[1]
Isabela Rocha Jucá[1]
Katryane Oliveira Santos[1]
Mateus Barbosa Lima[1]
Sarah Beatriz Cavalcante Ribeiro [1]
Percilia Augusta Santana da Silva[2]

1. Discentes de Graduação em Enfermagem, Faculdade Carajás, Marabá – PA
2. Enfermeira. Mestre em Cirurgia e Pesquisa Experimental (UEPA) Docente do curso de Enfermagem da Faculdade Carajás.

Introdução: A obesidade é um grande problema de saúde pública em todas as camadas sociais e o aumento do quadro, observado nos últimos anos, tem assumido caráter epidêmico (ESKENAZI, 2018). Em crianças e adolescentes, o mesmo fenômeno vem sendo observado nos últimos anos, tanto nos países desenvolvidos como naqueles em desenvolvimento, tornando a obesidade uma grande epidemia mundial desenfreada também nestas faixas etárias e, consequentemente, agravando ainda mais o cenário de saúde dessa população (FECHINE, 2017). Estudos atuais dos últimos anos feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelam que uma em cada três crianças, com idade entre cinco e nove anos, está com peso acima do recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), demonstrando a necessidade do olhar cuidadoso quanto ao aporte nutricional ofertado/orientado a este grupo (SILVA, 2017). Diante do cenário relatado, o planejamento de ações para a promoção e prevenção do quadro de obesidade, assim como a promoção de mudanças nos hábitos alimentares, são essenciais frente aos números expressivos nesta população de estudo (OLIVEIRA, 2016). Por tal razão, aponta-se para o importante papel da Enfermagem no desenvolvimento destas ações, na qual abrangem desde o cuidar, o gerenciar e o educar, englobando os mais diferentes cenários do campo profissional (FERREIRA, 2019). Neste contexto, o acompanhamento do desenvolvimento infantil é

indispensável na assistência de enfermagem, para que a detecção e tratamento da obesidade sejam executados de forma precoce e eficaz (FERREIRA, 2019).

Metodologia: Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, instrumento da Prática Baseada em Evidências (PBE), com periódicos pré-selecionados em bases de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO), Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e PubMed, utilizando os descritores e operadores booleanos: “Educação em Saúde” AND “Enfermagem” AND “Obesidade Pediátrica” AND “Saúde da Criança”, consultados em Descritores em Ciências da Saúde (DeCS). A pesquisa é composta de artigos em português publicados há menos de 10 anos, a partir da confecção desta pesquisa, disponibilizados na integra e completos. Foram utilizados como critério de exclusão, artigos que fugiam da temática proposta, teses, relatórios técnicos e científicos, estudos repetidos, generalistas e de pouco abrangência sociocultural e econômica, que limitassem a revisão foram excluídos. Logo após os critérios estabelecidos, dezessete artigos foram utilizados para composição geral do estudo. Foi elaborado de forma concisa e clara, identificando aspectos principais como analise da educação e questão de saúde necessária.

Resultados: Com base nas literaturas analisadas uma das principais problemáticas relacionadas ao desenvolvimento de obesidade ainda na infância concerne na ausência de práticas de exercícios físicos (BATISTA, 2017). Haja vista que o sedentarismo é um fator determinante no desenvolvimento da condição, podendo culminar em vários agravos a saúde do indivíduo, como a probabilidade do desenvolvimento de patologias relacionadas ao sistema cardiovascular - por exemplo a HAS (Hipertensão Arterial Sistêmica) - precoce, Diabetes Mellitus, entre outras patologias -, além dos agravos relacionados a autoimagem, afetando intrinsicamente o campo psicológico da criança (SILVA, 2017). Em outra mão, a introdução alimentar precoce também evidencia entre os artigos, ser um fator adicional para quadros de obesidade na infância, tornando relevante a importância da amamentação exclusiva até aos seis meses como preconizada pelo Ministério da Saúde (MACÊDO, 2020). A introdução alimentar antes dessa idade é prejudicial, devido a prematuridade da criança em receber outros alimentos, além disso, o uso de outros leites ou fórmulas infantis em situações em que não haja o empecilho para a amamentação, aumenta o risco para o surgimento de alergias e doenças

(MARTINS, 2018). O leite materno é o ideal para as necessidades nutricionais da criança e é papel do profissional de saúde fazer com que haja compreensão da mãe sobre esta informação. Essa introdução resulta em menos mamadas e consequentemente menor produção de leite pela mulher (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2019). Assim, torna-se imprescindível que o enfermeiro desenvolva continuamente, além do conhecimento de outras áreas, as técnicas propedêuticas necessárias para a interpretação correta dos achados relativos ao crescimento e desenvolvimento (NASCIMENTO, 2016).

Considerações Finais: A mudança do cenário de desnutrição para sobrepeso/obesidade infantil decorrente principalmente do consumo alimentar inapropriado e do sedentarismo confere-se um problema de saúde pública, uma vez que acarreta distúrbios que podem evoluir para caráter crônico, como Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS) e Diabetes Mellitus (DM). Os artigos analisados apresentavam problemáticas como ausência de aleitamento materno exclusivo até os seis meses de idade, introdução alimentar precoce de forma inapropriada, sedentarismo, fatores socioeconômicos, alta ingestão de alimentos industrializados e hipercalóricos, baixa ingestão de frutas e hortaliças, educação alimentar ineficaz e inexistência de ações preventivas da obesidade no âmbito escolar. O enfermeiro, como educador em saúde, tem o papel de suma importância na prevenção da obesidade infantil nos três níveis de atenção à saúde, especialmente na atenção primária, principal porta de entrada do Sistema Único de Saúde (SUS), podendo utilizar eixos como o Programa Saúde da escola (PSE) como instrumento essencial para atividades educativas para as crianças sobre alimentação saudável no ambiente escolar.

Descritores: Educação em Saúde; Enfermagem; Obesidade Pediátrica; Saúde da Criança.

Eixo Temático: GT2 – Enfermagem no Processo de Educação em Saúde

Referências:

1. BATISTA, Alves; MONDINI, Lenise; JAIME, Jaime. Ações do Programa Saúde na Escola e da alimentação escolar na prevenção do excesso de peso infantil: experiência no município de Itapevi, **Epidemiologia e Serviços de Saúde**. São Paulo, v. 26, n. 3, p. 569-578, 2017.

2. ESKENAZI, Ednalva. Et Al. Fatores Socioeconômicos Associados à Obesidade Infantil em Escolares do Município de Carapicuíba. **Revista Brasileira de Ciências da Saúde**. São Paulo, v. 22, n. 3, p. 247-254, 2018.
3. FECHINE, Alvaro. Et Al. Sobrepeso e obesidade infantil: Conhecimentos e percepções dos professores de creches públicas. **Revista Baiana de Saúde Pública**. Ceará, v. 41, n. 1, p. 158-176, 2017.
4. FERREIRA, Adicéa. Et Al. Ações de enfermagem às crianças com sobrepeso e obesidade na Estratégia Saúde da Família. **Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste**. Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 1-9, 2019.
5. MACÊDO, Rivaldo. Et Al. Associação entre aleitamento materno e excesso de peso em pré-escolares. **Acta Paulista de Enfermagem**. Teresina, v. 33, n. 111, p. 1-8, 2020.
6. MARTINS, Thayana. Et Al. Fatores de riscos metabólicos em crianças na atenção primária à saúde. **Revista baiana de enfermagem**. Fortaleza, v. 32, n. 26264, p. 1-9, 2018.
7. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Guia alimentar para crianças brasileiras menores de 2 anos**. Brasília: Ministério da Saúde, 2019.
8. NASCIMENTO, Ana Paula. Et Al. Atuação do enfermeiro na educação alimentar de crianças em um núcleo de educação infantil. **Revista de Enfermagem da UFPI**. Piauí, v. 5, n. 1, p. 40-45, 2016.
9. OLIVEIRA, Genykléa. Et Al. Obesidade Infantil: Contribuição da Enfermagem na Prevenção**. Revista Humano Ser**. Natal, v. 1, n. 1, p. 1-12, 2016.
10. SILVA, Francisco; BEZERRA, José. Benefícios da Atividade Física no Controle da Obesidade Infantil. **Revista Campo do Saber**. Pernambuco, v. 3, n.1, p. 201-218, 2017.